O paradoxo de Keuth

José António Veloso

Resumo: Segundo H.-H. KEUTH, os preceitos sobre aquisição e extinção de direitos não podem ser aplicados se não forem reconstruídos, aparentemente contra as intuições comuns, de modo que a existência do direito não seja condição da sua extinção. Esta nota expõe o essencial da argumentação que sustenta o paradoxo.

Palavras-chave: Direito subjectivo / Extinção de direitos / Lógica jurídica / Keuth / Wedberg

Género e igualdade: há um futuro para o feminismo?

Clara Calheiros

Resumo: Uma das clássicas imagens que invoca a associação entre igualdade e direito é justamente a da luta histórica pelos direitos das mulheres. No entanto, depois de sucessivas "vagas" de movimentos feministas, distintas nos momentos históricos e no alcance das suas pretensões/objectivos, parece existir hoje um certo sentimento de esgotamento e até uma certa vontade de demarcação de um rótulo que se tornou indesejável. Assim, importa repensar o que pode significar hoje o feminismo e qual o contributo que pode por este ser dado ainda, em particular nas sociedades ocidentais contemporâneas. Para tanto há que revisitar as críticas feministas do pensamento político e social tradicional, os debates internos das teorias feministas, a sua associação ao pós-modernismo e pós-estruturalismo, entre outras derivas.

Palavras-chave: Feminismo / Igualdade / Género / Direitos das mulheres

Igualdade ou equilíbrio hermenêutico da diferença

Joana Aguiar e Silva

Resumo: A modernidade transformou o conceito de igualdade num dos fundamentais pilares das nossas comunidades jurídicas, identificando-o quase plenamente com a própria noção de justiça. A verdade é, no entanto, a de que o conceito em causa encontra as suas mais profundas raízes nas ciências exactas, à sombra das quais a modernidade floresceu. Noções como as de igualdade, racionalidade, objectividade ou mesmo liberdade, tornaram-se o emblema de um modelo de conhecimento e de acção característico de um tempo e de uma vontade. A transposição desses valores para um domínio como o do Direito, implicou fragilidades de que só hoje nos vamos mais conscientemente capacitando.

Num mundo pós-moderno, a identidade afirma-se pelo reconhecimento da diferença. Da alteridade. O império da lei geral e abstracta, legado de formas e concepções de vida oitocentistas, se pode ser caminho para uma justiça uniforme, pode igualmente conduzir à mais prepotente violação da humanidade que se manifesta na diferença. Um império que resulta de um tempo em que se postulava o ideal da mensurabilidade do mundo, não se compadece com o reconhecimento da incomensurabilidade das virtudes e dos vícios do homem.

Nada disto obsta à preservação das virtudes que o conceito inegavelmente encerra, e que deverão imprimir-se na natureza eminentemente hermenêutica da vida das actuais ordens jurídicas. É sobretudo através da *ars interpretandi* que essas mesmas virtudes e potencialidades se devem manifestar e densificar, no reconhecimento de que a vida do Direito está muito para lá dos limites positivos da criação legislativa.

Palavras-chave: Justiça / Igualdade / Interpretação

Novas perspectivas para a judicialização da saúde no Brasil

Ricardo Perlingeiro

Resumo: O texto busca identificar os aspectos objetivos e subjetivos dos direitos a um mínimo existencial em matéria de saúde, a partir de parâmetros internacionais que, para serem restringidos na esfera interna dos Estados, dependem de um fundamento constitucional e de estarem baseados em fatos compreensíveis, cuja demonstração deve estar a cargo da autoridade administrativa nacional. Quanto à judicialização do direito mínimo à saúde, aponta o grave equívoco que é tratar os conflitos de saúde pública a partir de princípios típicos de jurisdição sobre conflitos de direito privado, deformando o sistema público de saúde com ordens judiciais que rompem com o acesso universal à saúde e que também muitas vezes são insuscetíveis de cumprimento, concluindo que a judicialização do direito à saúde em face das autoridades administrativas reclama necessariamente a judicialização simultânea dos procedimentos administrativos correspondentes.

Palavras-chave: Direito à saúde / Mínimo existencial / Tutela judicial efetiva / Judicialização da saúde / Execução de decisões judiciais contra autoridades administrativas

A Constituição Portuguesa de 1918

L. Barbosa Rodrigues

Resumo: A presente investigação tem por foco o exame jurídico-político da Constituição material portuguesa de 1918, conhecendo, sucessivamente, o respectivo enquadramento, antecedentes, fundamentos, texto, prática e virtual sequência formal.

Palavras-chave: Constituição material de 1918 / Decretos 3907, de 11 de Março de 1918, e 3997, de 30 de Março de 1918 / Projecto de Constituição formal de 1918 / República Nova / República Velha / Sidónio Pais / Sidonismo / Presidente da República / Sufrágio universal / Democracia / Ditadura / Corporativismo / Modernidade

Igualdade de género no Ministério da Justiça em Portugal: Evidências estatísticas de diferenças homem-mulher na satisfação laboral

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

Maria Faia Rafael Moreira

Bruno Cardoso Garcia

Resumo: Neste artigo são apresentados os resultados de um estudo de satisfação laboral levado a cabo junto dos colaboradores dos serviços da administração direta e indireta do Ministério da Justiça em Portugal, num contexto posterior à entrada em vigor da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro. É dado particular enfoque à temática da igualdade de género, utilizando a dicotomia homem-mulher enquanto caso particular da componente disposicional da satisfação.

A satisfação laboral foi modelada como uma variável latente composta por quatro variáveis de medida. Os resultados obtidos evidenciam estatisticamente que a satisfação laboral (variável dependente) dos participantes

é mais elevada no caso dos homens do que no das mulheres, contrariando diretamente o paradoxo da mulher contente no trabalho (*paradox of the contented working woman*).
Palavras-chave: Igualdade de género / Ministério da Justiça / Recursos humanos / Satisfação no trabalho / SIADAP

Privacidade e protecäo de dados pessoais na relacäo de trabalho

José Luis Goñi Sein

Abstract: El presente artículo reproduce la conferencia pronunciada por el Autor en la Sessao de abertura dos Mestrados de la Escola de Direito. En el se reflexiona sobre las implicaciones del derecho a la privacy en el ámbito de las relaciones laborales. El objeto básico es analizar tanto la dimensión negativa del derecho, que garantiza la facultad de abstención de injerencias por parte de outro, como la dimensión positiva, que comprende el derecho a mantener un control sobre las propias informaciones. Sobre tales premissas se ofrecen una serie de pautas aplicables en la adopción por parte del empresario de medidas restrictivas del derecho a la privacidad, en particular, en los supuestos de instalación y empleo de instrumentos de control de la actividad laboral en el centro de trabajo, a fin de garantizar una tutela adecuada al trabajador.
Palabras clave: Intimidad / Privacy / BYOD